FEMINISMO DE ESTADO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: ATUAÇÃO E AVANÇOS.

Milena Cristina Belançon (Procad/CAPES/UEM-UFSC-UNESP), Carla Almeida (Orientadora), e-mail: milenabelancon@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Ciências Humanas / Ciência Política

Palavras-chave: Feminismo, Estado, Ativismo Institucional.

Resumo:
Tendo em vista que o Feminismo de Estado se refere a atuação de militantes feministas em instâncias incorporadas à burocracia estatal, fenômeno este que obteve grande destaque no Brasil a partir da redemocratização, onde as mulheres passaram a buscar outras vias de luta por direitos para além das instâncias tradicionais de voto e para além do movimento social "de rua". O trabalho em questão visa analisar a importância desse ativismo "por dentro" da burocracia estatal na consolidação de políticas para mulheres, para tanto, parte-se de uma revisão bibliográfica que perpassa temas como, ativismo institucional, movimentos sociais e relação entre Estado e Sociedade.

Introdução

No Brasil, as décadas de 60 e 70 foram marcantes para o movimento feminista, foi nessa época que as mulheres participaram ativamente em organizações clandestinas de esquerda e em grupos guerrilheiros de combate à ditadura militar, instaurada em 1964. Período de grande mobilização dos movimentos sociais, sendo o berço de muitos destes, que já se criaram no embate a um Estado opressor.

Portanto, desde o seu cerne os movimentos sociais como um todo, e o feminismo em particular, estavam em conflito com o Estado. As atuações das mulheres nesse período serviram como instrumento de emancipação, segundo Lúcia Avelar (2015), foram dessas atuações que decorreram

eventos, movimentos populares e também a criação de departamentos femininos dentro dos partidos e dos movimentos sociais. A participação nesses diferentes movimentos estendeu os horizontes das mulheres, fazendo-as aprender outras formas de fazer política, que extrapolavam os canais partidários, e desse modo construindo-as como atoras políticas e democráticas. Com o fim da ditadura, mulheres já estavam exercendo ação profissional em militância, por parte de ong's e promovendo a igualdade de gênero através destas, ou seja, a política dessas mulheres reclamava outras vias de acesso que não as instâncias tradicionais, com formas de ativismo inovadoras e também reinventando a relação entre Estado e sociedade. Desse modo os avanços nas pautas feministas foram acontecendo no pós-ditadura mesmo com a pequena presença feminina nas instâncias tradicionais.

As inovações são reconhecidas em canais abertos em instâncias do Estado, como os movimentos de mulheres, as redes feministas, ONGs, Orçamento Participativo, Conselhos gestores, conferências temáticas, comissões, secretarias, etc. Portanto, com o processo de redemocratização há uma abertura para a sociedade civil ocupar o Estado, porém, essa participação institucionalizada ainda levantava críticas por parte de alguns movimentos sociais que viam no contato com a máquina burocrática do Estado uma possibilidade deste “contaminar” os movimentos e cooptá-los. Se tratando particularmente do campo feminista, Alvarez (2014) salienta que por se tratar de um campo em constante luta política por hegemonia dentro dele próprio, há divergências entre as feministas “autônomas” e as feministas “institucionais”.

Segundo Alvarez (2014), essa estratégia de ativismo por dentro do Estado é muito importante para a entrada na disputa pelos espaços de poder, e tem logrado importantes avanços na legislação e nas políticas públicas, aliada as outras formas de ativismo, a bibliografia sobre o tema acredita que o ativismo institucional praticado por essas mulheres deve ser uma das formas de abordagem, contando com a manutenção dos movimentos exteriores ao Estado (Avelar, 2013; Bohn, 2010).

Os avanços que contaram com o apoio do ativismo institucional feminista incluem desde a Lei Maria da Penha até a criação de diversas instâncias de mediação específicas das organizações de mulheres e redes feministas com o Estado. A bibliografia traz ainda, no âmbito da saúde, a Rede Nacional Feminista de Saúde e a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento, no âmbito da agricultura a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia, no âmbito do Ministério da Justiça, além do Conselho

Nacional, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Cayres, 2015; Avelar, 2013).

É inevitável salientar ainda a importância da transformação na relação Estado e sociedade estar atribuída ao perfil político do governo em atuação, é o que identifica Cayres (2013) e Bohn (2010) ao citarem a criação de diversas instâncias especiais de mulheres com o advento do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, exemplificando o caso do Brasil.

Revisão de Literatura

A revisão bibliográfica partiu de duas abordagens, a primeira que buscou analisar as relações e inovações entre Estado e Movimentos Sociais, a segunda que tratava de um resgate histórico sobre a atuação do movimento feminista no Brasil. Buscou-se articular essas duas abordagens de modo a delinear alguns traços de como se deu e se dá a relação das feministas que buscam atuar dentro do Estado, mas sem deixar de lado suas concepções quanto movimento social, utilizando como marco histórico o período de redemocratização brasileira justificado pela presença enérgica dos movimentos sociais.

Resultados e Discussão

No que se refere aos resultados da pesquisa, podemos apontar que apesar das muitas críticas por parte de vertentes do movimento social, o ativismo feminista por dentro do Estado tem logrado diversos avanços nas políticas públicas para mulheres. Porém, o perfil ideológico do governo é um fator bastante importante na conquista desses espaços. Como afirma Bohn (2010), é notável que os governos progressistas são muito mais propensos a abrir caminhos para o ativismo institucional, enquanto conservadores tendem a fechá-los. Essa é uma questão que carece de ser analisada com mais profundidade assim como as questões ligadas à interpretação que os movimentos sociais fazem sobre essa atuação burocrática, uma vez que sabemos que não há um corpo homogêneo que responda por isso.

Conclusões

Tendo em vista as contradições e os obstáculos que se apresentam à incorporação dos discursos e das agendas feministas nas políticas públicas, o ativismo institucional é um caminho bastante proveitoso, contudo, é

preciso ressaltar que essa relação não se dá sem tensões, tanto dentro do próprio movimento quanto no relacionamento deste com o Estado.

Para além dos obstáculos, o que podemos concluir é que ao se atingir o Estado essas feministas deixam marcas e criam caminhos antes inviabilizados, portanto, ainda que a passos curtos, o ativismo institucional de mulheres é uma importante estratégia de avanço de pautas feministas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Referências

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cad. Pagu**, Campinas, n.43, pp.13-56, 2014.

AVELAR, L. Movimentos, redes e feminismo de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. **Cadernos ADENAUER**. São Paulo, v. XIV, p. 71-88, 2013.

AVELAR, L. Mulher, gênero e política. In: _____; CINTRA, A. O. (Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed., São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2015. p. 207-223.

BOHN, S. R. Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista Debates.** Porto Alegre, v.4, n.2, p. 81-106, jul.-dez. 2010.

CAYRES, D. C. **Ativismo institucional no coração da Secretaria-Geral da Presidência da República:** a Secretaria Nacional de Articulação Social no governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2015. 211f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015.